

# Governo define sete dispositivos a suprimir

BRASÍLIA — Consciente das dificuldades que enfrentará para reunir o apoio necessário à aprovação de emendas supressivas no segundo turno de votações da Assembléia Nacional Constituinte — 280 votos — o Presidente José Sarney iniciou ontem as articulações para apontar os temas sobre os quais se concentrarão os esforços do grupo governista.

Depois de um encontro de duas horas, o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna divulgou sete dispositivos definidos pelo Governo como prioritários para a supressão. Na maioria, explicou o Líder, estão incluídos nas Disposições Transitórias e foram destacados "pelo impacto que causam no Programa Econômico e, especialmente, no erário público".

Para a primeira rodada de conversações, na qual fora anunciada a participação de todo o Conselho Político, Sarney só convocou ao Palácio da Alvorada dois dos Ministros da Casa — Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e Ivan de Souza Mendes, do SNI — e o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, além do binete Civil, e Ivan de Souza Mendes, do SNI — e o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, além do Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

O primeiro dispositivo citado por Sant'Anna é a jornada de seis horas de trabalho para os turnos ininterruptos, matéria que preocupa o Go-

verno especialmente pelo prejuízo que causaria à Petrobrás. O Deputado anunciou que também trabalhará para derrubar o direito de greve nos serviços essenciais e frisou que estes são os dois únicos pontos, dos direitos do trabalhador, sobre os quais o Planalto fechará questão, embora haja outros dispositivos que contrariam os interesses do Poder Executivo.

Na esfera político-institucional Sarney orientou suas Lideranças para trabalharem contra o voto aos 16 anos e o voto de censura do Congresso a Ministros de Estado. Sant'Anna explicou que a censura é uma regra parlamentarista, incompatível com o sistema presidencialista de governo aprovado pela Constituinte.

Na Ordem Econômica duas emendas supressivas serão patrocinadas integralmente por Sarney e os Líderes situacionistas: a que derruba o tabelamento de juros em 12 por cento ao ano — matéria que, segundo Sant'Anna, não é constitucional, mas afeta à legislação ordinária ou tema de regulamentação do Conselho Monetário Nacional — e a que cria o Imposto de Renda adicional a ser cobrado pelos Governos estaduais a cobrar.

— Nós acreditamos que este dispositivo aumenta a carga tributária sobre o cidadão, além do que, a competência da cobrança de impostos federais não pode ser transferida pa-

ra os Estados — esclareceu.

Embora sem muita expectativa de ser vitorioso, o Governo vai insistir, no segundo turno, em derrubar a anistia creditícia a microempresários urbanos e pequenos produtores rurais, com o mesmo argumento apresentado na primeira votação: ela provoca um prejuízo de CZ\$ 377 bilhões ao erário público.

Ao todo o Poder Executivo apresentou 73 sugestões que se transformaram em emendas subscritas por parlamentares da bancada situacionista. O Líder destacou terem elas sido concebidas dentro da estratégia de deixar em aberto mais de uma alternativa para facilitar possíveis acordos:

— Para alguns temas nós apresentamos uma emenda supressiva total e duas ou três supressivas parciais, para abrir todas as possibilidades de acordos futuros.

O Deputado lembrou que o próximo turno de votações coincidirá com o início das campanhas para as eleições municipais, que afastarão os parlamentares de Brasília, mantendo-os junto às suas bases.

— Diante desta dificuldade — admitiu — dificilmente passará alguma coisa que não seja na base do acordo, das negociações. Mas se eles não acontecerem nos pontos que consideramos essenciais, vamos fazer o possível para mobilizar todos os que estejam nos apoiando para atingir os 280 votos.

## Fiúza: É dever de Sarney influir na Constituinte

O Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos principais líderes do Centrão, afirmou ontem, no Rio, que o Presidente José Sarney tem o dever de interferir para suprimir, no segundo turno, os principais "pontos delicados" já aprovados pela Constituinte: o direito de greve, o voto facultativo aos 16 anos, a definição de empresa de capital nacional, a licença-paternidade, o tabelamento máximo dos juros bancários em 12 por cento ao ano e a jornada de seis horas para os turnos ininterruptos de trabalho. Fiúza anunciou que levará hoje esta reivindicação ao Presidente da República.

O Deputado frisou que estes dispositivos são considerados por seu grupo como prejudiciais aos interesses nacionais e perigosos para a estabilidade democrática. Ele falou aos jornalistas após um almoço, na sede da Associação Comercial e Industrial do Rio de Janeiro, com 30 importantes empresários. No encontro, que durou duas horas, destacaram-se o líder do grupo Monteiro-Aranha, Olavo Monteiro de Carvalho; o Presidente em exercício da Associação Comercial, Osvaldo Tavares; e os Presidentes da Federação das Indústrias do Estado, Arthur João Donato; da IBM, Rudolf Hohn; da Sociedade Nacional de Agricultura, Otávio Mello Alvarenga; e do Sindicato dos Bancos, Teóphilo de Azeredo Santos.

Ao despedir-se, o parlamentar ressaltou que as preocupações dos empresários coincidem com as da maioria do Centrão. Na sua avaliação, as dificuldades regimentais impedem mudanças radicais no texto. Depois de ser recebido por Sarney, o Deputado pernambucano manterá entrevistas com as Lideranças partidárias na Constituinte, buscando negociar as modificações.

— Hoje, estou convencido de que as tais conquistas sociais são, na realidade, frases de efeito que só trarão prejuízos aos trabalhadores. O ideal é que a questão do turno único de seis horas, por exemplo, seja negociada livremente por cada categoria



Foto de Manoel Soares

Hohe, Fiúza, Tavares, Teóphilo e Donato, no almoço na Associação Comercial

profissional. O direito de greve não pode ser o poder de greve. Como permitir a greve, por exemplo, para os operadores de uma usina atômica? — questionou Fiúza.

Observou que não será fácil para qualquer facção reunir 280 votos no segundo turno. O líder centrista explicou que as prioridades para a disputa no voto serão definidas no correr desta semana, quando o Centrão começará a cruzar, com a ajuda de um computador, dados sobre as diversas tendências do grupo:

— Em relação ao capital estrangeiro, por exemplo, o Brasil está com uma mentalidade igual à da Europa da década de 50. A China e a União Soviética já democratizaram o capital. Temos que redefinir o conceito de empresa brasileira.

Ricardo Fiúza — que acusou a máquina estatal de "ineficiente, burocrática e corrupta" — condenou a interferência excessiva do Estado na economia, chamando os socialistas brasileiros de "extremamente fascis-

tóides". Criticou também a aprovação, no primeiro turno, do fim dos contratos de risco para exploração de petróleo:

— Temos que tirar, no segundo turno, o componente ideológico de algumas questões, como a da exploração dos recursos minerais.

Após considerar a aprovação do voto aos 16 anos "uma irresponsabilidade que só existe na Nicarágua", Fiúza disse que o direito de greve e a definição de empresa nacional serão decididos no voto. No entanto, acredita em acordo para alterações nos textos sobre mineração e turno ininterrupto de seis horas. Segundo ele, o fim da imprescritibilidade das ações trabalhistas, fixadas em cinco anos no primeiro turno, também será decidida pelo voto.

— Não conheço um só homem que fique trocando as fraldas do bebê e os panos da mulher durante oito dias — concluiu Fiúza, a propósito da licença-paternidade, aprovada pela Constituinte.